

Município de : BAGÉ-RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

Estimativas para a Receita Corrente Líquida

Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 19/2016, do TCE/RS

| ESPECIFICAÇÃO | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias) | 329.681.116,77 | 319.117.965,45 | 365.327.489,57 | 389.762.877,24 | 405.216.385,60 |
| II - DEDUÇÕES | 48.724.606,36 | 47.372.930,85 | 55.108.713,91 | 59.496.637,27 | 62.815.402,32 |
| I R R F s/Rendimentos do Trabalho | 5.829.757,53 | 5.412.313,95 | 6.010.624,81 | 6.521.738,43 | 6.847.385,82 |
| Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio | 11.380.894,14 | 11.830.122,56 | 13.130.079,87 | 14.485.723,62 | 15.413.727,18 |
| Compensação Financeira entre Regimes | 1.362.283,99 | 1.199.225,33 | 3.262.954,40 | 3.400.977,37 | 3.540.417,44 |
| Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários | 8.466.058,69 | 7.007.354,97 | 8.028.770,90 | 8.577.597,61 | 9.155.189,87 |
| Deduções da Receita Corrente | 21.685.612,01 | 21.923.914,03 | 24.676.283,94 | 26.510.600,24 | 27.858.682,02 |
| III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb | - | - | - | - | - |
| IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III) | 280.956.510,41 | 271.745.034,61 | 310.218.775,66 | 330.266.239,98 | 342.400.983,28 |

Município de : BAGÉ-RS
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018
Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2018 a 2021

| PODER EXECUTIVO | 2018 | 2019 | 2020 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF) | 167.518.138,86 | 178.343.769,59 | 184.896.530,97 |
| Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF) | 159.142.231,92 | 169.426.581,11 | 175.651.704,42 |
| Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF) | 150.766.324,97 | 160.509.392,63 | 166.406.877,87 |

| PODER LEGISLATIVO | 2018 | 2019 | 2020 |
|---|---------------|---------------|---------------|
| Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF) | 18.613.126,54 | 19.815.974,40 | 20.544.059,00 |
| Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF) | 17.682.470,21 | 18.825.175,68 | 19.516.856,05 |
| Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF) | 16.751.813,89 | 17.834.376,96 | 18.489.653,10 |

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : BAGÉ-RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018
TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida e Resultado Nominal - Exceto RPPS

| Exercício | 2.015 | 2.016 | 2.017 | 2.018 | 2.019 | 2.020 |
|---|---------------|---------------|---------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Saldo | Saldo | Reestimativa | Previsão | Previsão | Previsão |
| (1) Dívida Consolidada - Exceto RPPS | 39.594.654,51 | 40.962.026,42 | 39.486.584,79 | 33.257.384,11 | 26.321.285,30 | 18.410.600,01 |
| (2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas) | 54.653.704,95 | 70.180.335,46 | 15.789.425,29 | 46.874.488,57 | 44.281.416,44 | 35.648.443,43 |
| (3) Dívida Consolidada Líquida | - | - | 23.697.159,50 | - | - | - |
| (4) Passivos Reconhecidos | | | | - | - | - |
| (5) Dívida Fiscal Líquida | - | - | 23.697.159,50 | - | - | - |
| (6) Resultado Nominal | | - | 23.697.159,50 | (23.697.159,50) | - | - |

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Valores em R\$

| Operações de Crédito / Pagamentos | 2.015 | 2.016 | 2.017 | 2.018 | 2.019 | 2.020 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Realizado | Realizado | Reestimativa | Previsão | Previsão | Previsão |
| 2.1 - Operações de Crédito | 19.026,96 | 576.521,79 | 275.237,09 | | | |
| 2.2 Encargos - Exceto RPPS | - | 89.499,43 | 293.442,27 | 144.403,51 | 156.389,00 | 169.400,56 |
| 2.3 Amortizações - Exceto RPPS | 6.880.216,27 | 7.816.114,14 | 9.074.531,03 | 9.152.904,81 | 9.540.072,69 | 9.931.215,67 |

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.